



OS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DO PORTO DO AÇU: OS REFLEXOS NA VIDA DOS PESCADORES ARTESANAIS DE SÃO JOÃO DA BARRA-RJ

Myrla Benigno de Oliveira

Graduanda em Psicologia pela UFF
myrla.benigno@hotmail.com

Luís Felipe Câmara Borges

Aluno Especial do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da UENF
felipeborgesadv@gmail.com

I- INTRODUÇÃO

A implantação do Complexo Logístico Industrial Portuário (CLIPA) no município de São João da Barra, RJ, vem causando diversas transformações na vida dos pescadores da localidade de Atafona, pois a obra foi feita na área onde vivem as espécies marinhas mais exploradas. Os pescadores estão enfrentando dificuldades nas suas atividades. Por meio desta pesquisa, pretendo expor o quanto essas transformações são significativas na disputa pelo território “aquático” e consequentemente na relação entre gerações: dentro dessas dificuldades a pesca artesanal, na visão dos pescadores, pode deixar de ser passada de pai para filho.

O ponto inicial da pesquisa é a Colônia de pescadores Z2, onde a pesca artesanal está sendo ameaçada pelas interdições na área considerada o berçário de espécies marinhas mais exploradas. Busca-se analisar os impactos socioambientais da proibição da pesca nesta área visto que no local a transação e atracação de navios voltados para atividades do Porto torna impossível a prática da atividade pesqueira artesanal.

Com isso, as relações sociais que permeiam a pesca, como trabalho ou cultura, estão se transformando, tendo em vista que a realização da atividade se tornou mais difícil com a limitação da área em que o Porto foi construído, o que interfere diretamente na cultura passada pela tradição, já que muitos pescadores não querem passar essa prática adiante para os seus filhos.

É principalmente a perspectiva social que a pesquisa pretende trazer a essa grande transformação ambiental, compreendendo, a partir de conceitos



sociológicos, a relação entre o homem e seu ambiente, observando que indivíduo interioriza aquilo que está disposto na sociedade e tem seus interesses influenciados e desenvolvidos de acordo com o meio social no qual está inserido.

A pesca artesanal marítima é marcada pelas ações envolvendo a captura e a comercialização do pescado. A prática da pesca artesanal pode ser definida com base nos equipamentos usados pelos pescadores, pelo tipo de embarcação utilizada e na quantidade de pescado conseguido. Segundo o Ministério da Pesca (2014):

A pesca artesanal é exercida por produtores autônomos, em regime de economia familiar ou individual, ou seja, contempla a obtenção de alimento para as famílias dos pescadores ou para fins exclusivamente comerciais. É uma atividade baseada em simplicidade, na qual os próprios trabalhadores desenvolvem suas artes e instrumentos de pescas, auxiliados ou não por pequenas embarcações, como jangadas e canoas. Esses pescadores atuam na proximidade da costa, dos lagos e rios.

Assim, é possível entender que a pesca artesanal é algo que está presente em vários lugares do município de São João da Barra, principalmente no distrito de Atafona onde está localizada a Colônia de Pescadores Z2, ponto inicial da presente pesquisa.

O antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte (1999) descreve minuciosamente, no parágrafo a seguir, as características fundamentais que permeiam o trabalho dos pescadores artesanais em Jurujuba, reforçando a ideia de que o trabalho do pescador - embora seja um trabalho difícil, que requer força e disposição, e do enfrentamento da natureza, é um trabalho digno, perpetuado pela capacidade e pelo conhecimento:

O mundo do mar legitima assim toda uma elaboração ideológica de “diferença”, de oposição ao mundo da terra, que tende a unir nesse papel as situações díspares do trabalho marítimo. A representação desse trabalho envolve a adjudicação ao seu desempenho de certas “qualidades” comuns próprias do enfrentamento da “natureza”, conformando um espaço semântico marcado pelas noções de força, conhecimento e disposição. Assim, à “força” dos elementos, à sua “imprevisibilidade” e à sua “prepotência” se opõe uma resistência redobrada do homem em ação. O pescador vivencia essa condição com toda a ambivalência alocável a uma condição de existência percebida como estafante, como “desumana”, mas também como distintivo de capacidade, como símbolo das qualidades mais vivas que compõe sua ociosa dignidade. (DUARTE, 1999, p 32)

A colônia de pescadores Z2 tem cerca de mil pescadores associados e 450 embarcações, sua manutenção é feita com a contribuição dos pescadores e o apoio



da prefeitura de São João da Barra. Cada pescador associado paga uma anuidade no valor de R\$ 180,00 reais para ter acesso a direitos sociais como aposentadoria e o seguro-defeso; é através dela que os pescadores têm acesso à declarações que somente a Colônia pode emitir.

Ainda de acordo com informações do Ministério da Pesca (2014), “um em cada 200 brasileiros são pescadores artesanais. Considerada uma das atividades econômicas mais tradicionais do Brasil”. Por isso, é necessário compreender os principais problemas e conflitos enfrentados pelos pescadores e o que a Colônia representa em suas vidas, bem como as relações socioambientais que nela acontecem.

As relações sociais que permeiam a pesca, como trabalho ou cultura, estão se transformando, tendo em vista que a pesca se tornou mais difícil com a limitação da área em que o Porto foi construído, o que interfere diretamente na cultura passada pela tradição, já que muitos pescadores não querem passar essa prática adiante para os seus filhos porque acreditam que o Porto oferece oportunidades de empregos melhores, e seus filhos “formados” poderiam trabalhar lá. Assim, numa determinada perspectiva, o Porto é visto como o “vilão” que ameaça a pesca artesanal, mas ao mesmo tempo, é visto como “oportunidade” de melhores empregos.

No entanto, não se pode desconsiderar que os impactos nesta comunidade vão para além do espaço físico, ou seja, essas transformações interferem nas relações entre gerações, o que pode fazer com que a pesca artesanal seja extinta para gerações futuras.

II - OBJETIVOS

A pesquisa tem como campo o município de São João da Barra – RJ, que segundo o IBGE:

está localizado na margem direita da foz deltaica do Rio Paraíba do Sul, com um território de 431,9Km², inteiramente situado sobre a restinga, tendo uma extensão de 32 quilômetros de praias com alta concentração de iodo e areias monazíticas com um elevado valor medicinal e terapêutico, com uma população estimada de 28.980 habitantes (IBGE, Censo 2007).

Nesse cenário, onde é predominante a costa marítima, encontram-se muitas comunidades que vivem do mar, explorando o turismo, o artesanato e a pesca, principalmente a artesanal. De acordo com a Dataprev (2012), o pescador artesanal:



É aquele que, utilizando ou não embarcação própria, de até duas toneladas brutas de tara, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, inclusive em regime de parceria, meação ou arrendamento e esteja matriculado na Capitania dos Portos ou no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA (DATAPREV, 2012).

A presente pesquisa tem como foco o pescador artesanal por entender que este compõe um grupo socialmente vulnerável, tendo em vista que

“racismo e preconceito não se restringem a negros, afrodescendentes, pardos ou mulatos. Está presente na forma como tratamos os nossos povos indígenas. Está presente na maneira como ‘descartamos’ populações tradicionais – ribeirinhos, quebradeiras de coco, geraizeiros, marisqueiros, extrativistas, caiçaras e, em alguns casos, até mesmo pequenos agricultores familiares. (PACHECO, 2006, P. 7-8).

A relação socioambiental é aquela compreendida entre a sociedade e o meio ambiente e,

“a capilaridade do campo ambiental pode ser facilmente reconhecida nos processos de políticas sociais e públicas envolvendo populações diretamente relacionadas com serviços ambientais, o que sinaliza um projeto como esse no seio de um Programa de Políticas Sociais. Como políticas sociais entendemos os mecanismos específicos de alocação e distribuição de valores, tendo em perspectiva os arranjos e relações de poder, a fim de buscar maior equidade social” (ABRANCHES, 1985, p. 49).

A relação de desigualdade social da comunidade pesqueira é derivada de processos de dominação e cultura acumulados historicamente, onde os pescadores não vivem apenas nas margens de rios e mares, mas também às margens da sociedade, já que

a cidade passou a ser o local de desigualdade e pobreza. A cidade em si, como relação social e como materialidade, tornou-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo sócio-econômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias, pessoas ainda mais pobres. Assim, Santos (1996) descreve e destaca que “a pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, como também, do modelo espacial.”. (BOUSQUAT, A; COHN, A., 2004 apud SANTOS, 1996, p.10).

Por tal motivo, com o crescimento do município, faz necessário analisar a situação social dos pescadores e das comunidades pesqueiras porque

no processo de urbanização não cabiam os quitandeiros, vendedores ambulantes, as quituteiras que sobreviviam da venda do produto do seu trabalho, os meninos de recado, os exercícios de capoeiragem. Já não se entendia a presença das lavadeiras com seus gritos e algazaras na Beira Rio, rua essa de maior movimento, entrada da cidade. Gradativamente iam desaparecendo os trapiches, bancas de pescado e, com o correr dos tempos, os portos. Junto a eles, as lavadeiras da beira do rio. Uma nova ética do trabalho se instituía, disciplinadora do espaço. As camadas populares foram



expulsas do centro da cidade, ocupando os subúrbios. Essa ação repressiva dos delegados de polícia se articulava com as medidas legislativas municipais (Alves, 1995, p. 90-91).

O crescimento do município, associado aos processos de urbanização está diretamente relacionado a implantação do Complexo Industrial Portuário do Açu, que gerou um rápido desenvolvimento local, mas também alterou as relações sociais, econômicas e ambientais.

Segundo Giddens (1991):

mesmo nos estados que permanecem primordialmente agrícolas, a tecnologia moderna é frequentemente aplicada de modo a alterar substancialmente as relações preexistentes entre a organização social humana e o meio ambiente. Isto vale, por exemplo, para o uso de fertilizantes ou outros métodos de lavoura artificial, para a introdução de moderna maquinaria agrícola etc. A difusão do industrialismo criou um mundo num sentido mais negativo e ameaçador do que o que foi mencionado – um mundo no qual há mudanças ecológicas reais ou potenciais de um tipo daninho que afeta a todos no planeta (GIDDENS, 1991, p. 81).

As relações sociais na comunidade pesqueira são totalmente influenciadas pela relação que os pescadores têm com o meio ambiente, uma vez que o mundo da pesca confunde-se com sua essência. Nas palavras de Bourdieu:

Nessa perspectiva, o agente está inserido num sistema de fluxos contínuos que estabelece elos de reciprocidade conflitiva entre dimensões macro e micro, formando o indivíduo enquanto ser social. Para operacionalizar tais processos, é cunhado o conceito *habitus*, que representa o elemento que constitui o agente (plano individual). Tal elemento trata da incorporação de signos constituídos coletivamente – língua, linguajar, hábitos, gostos, estilos de vida, etc., além de agrupar elementos pré-reflexivos da ação, entendidos como uma disposição constituída socialmente – de cunho quase postural –, inculcada pelo indivíduo (BOURDIEU, 2004). Ao analisar estilos de vida, por exemplo, o autor destaca que antes da renda, o *modus operandi* de determinadas atividades está associado à base objetiva de reprodução social dos agentes. Estas bases objetivas são as “formas de apropriação material e/ou simbólica”: A visão de mundo de um velho marceneiro, sua maneira de gerir o orçamento, lidar com o tempo e o corpo, seu uso da linguagem e escolha de roupa estão inteiramente presentes em sua ética de trabalho escrupulosa e impecável, no cuidado e esmero, no bem-acabado e na estética do trabalho pelo trabalho que o faz medir a beleza de seus produtos pelo cuidado e paciência que exigiram (BOURDIEU, 2003, p. 74- 75).

A comunidade pesqueira em Atafona é habitada em maioria por famílias de pescadores, sendo que uma das principais características que marca as relações dos moradores desse bairro é o fato de quase todos estarem vinculados através de relações de parentesco. Em várias das entrevistas sempre pais, filhos, irmãos, tios, sobrinhos e netos eram citados como pescadores artesanais. Essas relações de



parentesco são muito fortes nesta região, principalmente quando se trata de pesca artesanal. Essas relações perpassam fortemente a organização dos grupos de trabalho para a pesca e estruturam o que, conforme o termo descrito por Elina Pessanha (2003), são as companhias.

As companhias correspondem, na pesca, a formas de reunião de trabalhadores que só podem cooperar na medida em que fazem parte de uma pescaria, ou seja, se agrupam em torno de um proprietário dos meios de produção que emprega sua força de trabalho simultaneamente. (PESSANHA, 2003, P.108)

As companhias de Atafona na maioria das vezes são formadas por um mestre, um ajudante e um vigia; tais habilidades profissionais são passadas de geração para geração de acordo com o tempo de experiência de pesca. Nesta região é possível observar que as relações de parentesco são fortes e comuns na formação da companhia. Porém, os critérios de amizade também são importantes na escolha de companheiros. Estas habilidades são ensinadas pelo mestre, com responsabilidade e destreza. A companhia pode ser interpretada, a partir do momento que os companheiros se organizam no centro do barco, cada um responsável por uma tarefa, assim mantendo a prática de forma organizada.

Assim, a pesca é trabalho e cultura, é a realidade do pescador artesanal, é o seu cotidiano. Por isso, Diegues afirma que:

Ao contrário do que ocorre com a percepção e estudo dos mares pela ciência moderno-positivista, por longo período da história da humanidade, os oceanos não eram simplesmente uma realidade físico-biológica, mas eram povoados por seres humanos e não-humanos, por monstros e divindades. No entanto, mesmo hoje, somente para uma ciência reducionista o oceano é uma realidade somente material, despovoada de seres humanos e seus símbolos. A concepção totalizante ainda subsiste entre as populações marítimas que mantêm um contato estreito com o mar e dele retiram sua subsistência. Essas populações humanas têm uma percepção complexa do meio-marinho e seus fenômenos naturais. De um lado, há um vasto conhecimento empírico adquirido pela observação continuada dos fenômenos físicos e biológicos (ventos, marés, reprodução dos cardumes de peixes) que hoje começa a ser explorado pela chamada etnociência marítima. De outro lado as explicações para tais fenômenos também passam pela representação simbólica e pelo imaginário dos povos do mar (DIEGUES, 2004a, p. 51).

O mar, a pesca, a natureza e o ambiente assim como toda a sociedade estão em constante transformação, tendo em vista que o homem constrói o seu mundo social e é também construído por ele, fazendo parte de uma relação dialética, recíproca e simultânea.



III- METODOLOGIA

A presente pesquisa busca, mediante revisão bibliográfica, coleta e análise de dados, entrevistas com a comunidade pesqueira do município de São João da Barra, analisar como ocorreu a implementação do Complexo Industrial Portuário do Açu, que gerou um rápido desenvolvimento local, mas também alterou as relações sociais, econômicas e ambientais. Pretende-se articular o conceito de pesca artesanal, perpassando pela cultura da comunidade pesqueira, sua relação com o mundo do trabalho, as relações sociais e geracionais que decorrem desse espaço.

A comunidade pesqueira de Atafona, distrito de São João da Barra, vem sofrendo várias transformações por causa da implantação do Complexo Logístico Industrial Portuário (CLIPA). Essas transformações afetam diretamente as relações sociais da comunidade pesqueira, tanto do ponto de vista político quanto cultural. Antes da implantação do Complexo Portuário, o local mais propício para o manejo da pesca era localizado na praia do Açu, onde os pescadores consideram o berçário de espécies de peixes mais lucrativas. Após a construção do Complexo portuário, a pesca foi proibida no local, obrigando os pescadores buscarem o pescado à longas distancias. O cerne da profissão do pescador é o saber empírico, ou seja, conhecimentos pautados na experiência de vida que são passados de geração para geração. Tais transformações estão desestimulando o incentivo para a profissão de pescador, já que na nova configuração:

Os recursos naturais são uma das bases do conceito de sociedade de risco. A importância estratégica para o industrialismo faz do meio ambiente uma variável substantiva no projeto moderno. Sua politização se acentua progressivamente: Já está se tornando reconhecível que a natureza, a grande constante da época industrial, está perdendo seu caráter pré-ordenado, está se tornando um produto, a “natureza interna” integral e ajustável (neste sentido) da sociedade pós-industrial. A abstração da natureza conduz à sociedade industrial. A integração da natureza na sociedade vai além da sociedade industrial. A “natureza” torna-se um projeto social, uma utopia que deve ser reconstruída, ajustada e transformada. Renaturalização significa desnaturalização. Neste contexto, o apelo da modernidade para ajustar as coisas tem sido aperfeiçoado sob a bandeira da natureza. A natureza transforma-se em política. [...] Entretanto, isso significa que a sociedade e a natureza se fundem em uma “natureza social”, seja pelo fato de a natureza se tornar socializada ou de a sociedade se tornar naturalizada. Mas isso só significa que ambos os conceitos – natureza e sociedade – perdem e mudam seu significado (BECK, 1997, p. 40)

Através das falas dos pescadores é possível perceber os problemas causados pelo Porto e a mudança na forma de pensar daquela comunidade:



Tenho 35 anos de pesca, aprendi com o meu pai. Não gostaria que meu filho fosse pescador. Porque a pescaria hoje em dia está muito difícil, depois que o Porto veio pra cá ficou muito difícil pra nós. Tenho uma menina e esse aqui é meu filho tá com 7 anos, eu quero ver ele estudando né. Tanto faz ver ele trabalhando no Porto ou não, muitos pescadores daqui largaram a pesca para trabalhar lá e se deram bem. (João, 46anos - pescador).

Tenho 30 anos de pesca, aprendi com o meu pai. Tenho um casal de filhos e já são formados, um é médico e minha filha é engenheira. Não gostaria que eles fossem pescadores. Hoje em dia tem muita concorrência, o Porto prejudica muito a pesca, está vendendo este barco é meu e rebentou o casco porque eu me arrisquei pescando perto do Porto, ele está parado e eu não tenho ajuda de ninguém né, faço os reparos do meu bolso. Por um lado o Porto é bom porque dá muito emprego. (Vitor, 52 anos - pescador).

Tenho 30 anos de pesca, aprendi a pescar com meus irmãos. Tenho um filho de 9 anos, não gostaria que ele fosse pescador, a pescaria está ruim. O Porto atrapalha muito por causa do local. Conheço vários pescadores que foram trabalhar lá. Gostaria que meu filho trabalhasse lá porque é um emprego bom dá 3 mil reais por mês moça. (Reinaldo, 54 anos - pescador).

Tenho 43 anos de pesca, aprendi a pescar com o meu falecido pai, não tenho filho homem. A pesca hoje está muito difícil por causa do local do Porto. O porto é bom para o emprego e ruim para o pescador. (Jozé, 58 anos - pescador).

Tenho 30 anos de pesca, aprendi com o meu tio. Tenho um filho homem, não quero que o meu filho seja pescador. A pesca hoje em dia tem muitas dificuldades. O Porto é ruim para a pesca é bom para emprego, eu já trabalhei lá moça, mas larguei porque eu sou bicho solto, não nasci para viver trancado. Se ele quiser trabalhar no Porto tá bom também. (Alan, 45 anos - pescador).

IV-RESULTADOS PRELIMINARES

As entrevistas feitas a esses pescadores reforçaram, ainda mais, a ideia de que as relações de parentesco são muito fortes na comunidade pesqueira de Atafona, visto que nos relatos acima todos aprenderam as técnicas da pesca artesanal com parentes. Contudo, o que nos interessa salientar aqui é que, na percepção deles, o CLIPA não é apenas um problema para a pesca porque torna o trabalho deles mais difícil, mas o fato dos pescadores pensarem no futuro de seus filhos de uma forma que pareceria “comprar” o discurso de que o Porto será uma oportunidade de melhores empregos para o seus filhos.

Essa mudança provocada pela industrialização, pela globalização e no caso, pela implantação do Complexo Logístico Industrial Portuário (CLIPA), nos faz refletir sobre:



O eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza em condições de modernidade. [...] A indústria moderna, modelada pela aliança da ciência com a tecnologia, transforma o mundo da natureza de maneiras inimagináveis às gerações anteriores. Nos setores industrializados do globo – e, crescentemente, por toda parte – os seres humanos vivem num ambiente criado, um ambiente de ação que, é claro, é físico, mas não mais apenas natural. Não somente o ambiente construído das áreas urbanas mas a maioria das outras paisagens também se torna sujeita à coordenação e controle humanos. (GIDDENS, 1991, p. 66)

O controle humano exercido no meio-ambiente, muitas vezes, considera as finalidades da lógica capitalista do lucro e da produção, mas não considera as transformações que irão ocorrer seja no próprio meio-ambiente, seja na vida das pessoas que nele vivem e/ou nele trabalham. Por este motivo é que:

Entre os teóricos sociais e sociólogos históricos contemporâneos, os constrangimentos que o mundo natural exerce sobre as sociedades humanas foram reinvestigados com um novo vigor e uma visão ecológica mais sensível. No entanto, tem sido prestada menor atenção às origens e efeitos da degradação do ambiente nas sociedades modernas (GOLDBLATT, 1996, p. 24).

Nessa perspectiva, as pessoas que vivem em comunidades pesqueiras encontram-se em constante situação de vulnerabilidade social, ou seja, situação de pobreza, gerada pela lógica excludente da sociedade capitalista que:

[...] na verdade desenraíza e brutaliza a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão. Ao verificarmos a história do desenvolvimento capitalista percebemos que esta condição é repetitiva, ou seja, se nos primórdios da industrialização se excluía o camponês da terra a dinâmica do desenvolvimento se incumbia de reincluí-lo no novo sistema produtivo. Atualmente, o mesmo ocorre no processo de substituição do modelo de automatização pela informatização. O problema da exclusão, portanto, continua o mesmo. O fato novo se encontra na inclusão, que pela falta de agilidade do sistema em reincluir no novo sistema o excluído do anterior, torna a condição temporária de exclusão num modo de vida permanente. Daí decorrem o agravamento da condição de pobreza e da marginalidade em que são colocadas as novas massas de excluídos, retirado delas o direito de participação direta condição necessária à cidadania. (MARTINS, 1997, p. 32, sem grifos no original.)

Dessa forma, fica claro que os impactos ambientais excluem, ainda mais, os pescadores e as comunidades em que vivem, onde as grandes empresas atuam



“fingindo saber o que acontece com a natureza e com os seres humanos e revelando a verdade oculta sob os interesses do industrialismo, capitalismo, tecnocracia e burocracia” (CASTELLS, 1999, p. 155). O que nos faz perceber que:

O compromisso que a gente tem com a democracia existe porque, se nós conseguimos ser uma vanguarda na democratização para ter um sistema público que garanta direito, mas que não funciona, nós estamos contribuindo fortemente para a desmoralização da democracia e da coisa pública. (TEIXEIRA, 2005 apud BRASIL. MS, 2006, p. 276).

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa busca contribuir para a implementação de Políticas Sociais que atendam essa comunidade, bem como compreender de que maneira essas políticas sociais podem influenciar o modo de pensar das gerações futuras.

Apresentando uma posição de defesa frente à pesca artesanal onde o Porto aparece como o principal vilão e elucidando as principais transformações sócio-ambientais estabelecidas na comunidade pesqueira. Fica evidente a urgência e necessidade de implementação de projetos “compensação” junto aos pescadores, com o intuito de preservar a pesca artesanal local. Porém nos relatos dos pescadores preocupados com seus filhos, a interpretação sobre o CLIPA toma uma outra proporção, os pescadores além de não quererem passar essa prática para os seus filhos, “compram” a ideia de que o CLIPA oferece melhores oportunidades de emprego. Portanto os “impactos” nesta comunidade refletem a disputa pelo espaço aquático e transformação no modo de pensar dos pescadores, promovendo uma desvalorização da prática pesqueira, o rompimento com a tradição da pesca artesanal e luta por direitos.

Dessa forma, compreendemos que os problemas e impactos sócio-ambientais resultantes da lógica dominante do capitalismo, voltado à produção, que se concentram principalmente nas camadas mais pobres da população, decorrem da desigualdade na ocupação econômica e ambiental do solo urbano. Nesse sentido, existe uma disputa pelo espaço aquático que tem como resultado o processo de degradação de ecossistemas naturais, e a distribuição socialmente desigual de seus custos. Sendo assim, um objetivo deste trabalho é ampliar a discussão em torno de uma temática ainda pouco abordada nos estudos regionais. Uma expectativa de natureza aplicada é que, com a disseminação das análises e dados inseridos nesta dissertação, a questão da



problemática sócio-ambiental vivida pelas comunidades ribeirinhas, seja pensada por um conjunto de atores que possam influenciar na formulação e execução de políticas públicas de cunho social e ambiental, cujo intuito, seja a promoção dos direitos civis e sociais dos segmentos mais pobres, incluindo o direito à vida em condições marcadas pela conservação e dos serviços ambientais.

VI- REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **A lógica da ação estatal: política social no Brasil autoritário**. In: _____. Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, pp. 49-80. (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo. Análise, balanço, perspectivas).

ALVES, Heloíza de Cacia Manhães. **Reformas Urbanas e Poder Público: Os empresários e o Projeto de Modernização da Cidade de Campos dos Goytacazes (1890/1930)**. Dissertação curso de História da Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Prfa. Dra. Lana Lage da Gama Lima. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Gostos de classe e estilos de vida**. In: ORTIZ, Renato (org.). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho D'água, 2003, p. 73-111.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada. 1983

BOUSQUAT Aylene; COHN Amélia. **A dimensão espacial nos estudos sobre saúde: uma trajetória histórica**. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Vol.11 n.3. Rio de Janeiro. set/dez. 2004.

BRASIL. IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos e Estimativas**, 2007.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONCEIÇÃO, Nádia Maria da. **Práticas sanitárias e municipalização – um olhar dos atores locais em São João da Barra**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, 2008. Disponível em: <http://uenf.br/pos-graduacao/politicas->



sociais/files/2015/06/NADIA-MARIA-DA-

CONCEI%C3%87%C3%83O.compressed.pdf. Acesso em 08/03/2017

DATAPREV. **Definições Básicas**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: . Acesso em: 11 Jul 2012.

DEMO, P. **Pobreza política**. 6ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 27).

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub/Usp, 2004.

DUARTE, Luiz. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurujuba**. Rio de Janeiro, Eduff, 1999.

_____. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2004a.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

MANZINI-COVRE, M. de L. **O que é Cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

PACHECO, T. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental Fortaleza 2006.

PAUGAN, S. **O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**. In: SAWAIA, B. (org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes. 2006. p. 67-86.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. **Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaípu – Niterói**: EdUFF, 2003.

SPINK, P. **Estratégias locais de combate à pobreza**. In: VELLOSO, P. dos R.; ALBUQUERQUE, R. C. de (coord.). *Pobreza, cidadania e segurança*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. p. 137-151

WANDERLEY, M B. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. In: SAWAIA, B. (org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes. 2006. p. 16-26.